



FUNDADA EM 1882

Plano de Actividades e Orçamento 2015

Assembleia - Geral Ordinária
13 de Novembro 2014



PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

PARA O ANO 2015

Apresentado à Assembleia-Geral de

13 de Novembro 2014



DIRECÇÃO

Presidente	Álvaro José da Costa Fraga Pereira
Vice-Presidente	Carlos Manuel Ribeiro Soares Braga
Secretária	Carla Maria Monteiro Soares Alvim Braga
Tesoureiro	Álvaro Carlos de Sampaio e Silva
Vogal	Eduardo Jesus Durán Ferreira
Vogal	Mafalda Maria Rodrigues Guedes Cardoso
Vogal	Manuel José Reis Vaz



INTRODUÇÃO

A apresentação do Plano de Actividades e o Orçamento para o ano 2015 à Assembleia-Geral da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia é um preceito legal que os Estatutos impõem.

Este Plano dará início a um ciclo correspondente a um novo triénio eleitoral, sendo apresentado no tempo que a Lei impõe e porque também não se vislumbrou qualquer intenção por parte de Associados na criação de lista alternativa à actual dos Corpos Gerentes que substitua os que vão findar a 31 de Dezembro 2014.

Os três últimos Planos de Actividades e respectivos Orçamentos, que obedeceram a uma profunda reflexão estratégica explanada e vertida em Assembleia-Geral, tiveram o seu curso normal e continuam a ser o guião para os próximos Planos do Triénio.

A Carta Encíclica de Sua Santidade João XXIII, *PACEM IN TERRIS*, de 1963, atenta que ***o progresso da ciência e as invenções da técnica evidenciam que reina uma ordem maravilhosa nos seres vivos e nas forças da natureza.***

Contrasta clamorosamente com essa perfeita ordem universal a desordem que reina entre indivíduos e povos, como se as suas relações mútuas não pudessem ser reguladas senão pela força.

Uma concepção tão frequente como errónea leva muitos a julgar que as relações de conveniência entre indivíduos e a sua respectiva comunidade política possam reger-se pelas mesmas leis que as forças e os elementos irracionais do universo.

São de facto essas leis que indicam claramente como regular na convivência humana as relações das pessoas entre si, as dos cidadãos com as respectivas autoridades públicas e comunidades políticas, cuja criação é hoje urgentemente postulada pelo bem comum universal.



No passado dia 1 de Outubro completaram-se dois anos que a Tutela do Ministério da Saúde terá incumbido o Centro Hospitalar do Porto, E.P.E., de nos entregar o edifício hospitalar que não a DEVOLUÇÃO DO NOSSO HOSPITAL.

Ao longo destes últimos dois anos, incessantemente insistimos com o Ministro Paulo Macedo quanto à forma anacrónica como todo o processo se desenrolou.

A única satisfação conseguida foi a audiência que o Secretário de Estado Manuel Ferreira Teixeira nos concedeu e uma resposta escrita através do seu secretariado, totalmente descontextualizada.

E como estes governantes, provavelmente nunca leram o Papa João XXIII, foram naturalmente compelidos a não entenderem que ***Da dignidade da pessoa humana deriva também o direito de exercer actividade económica com sentido de responsabilidade, que Da natureza humana origina-se ainda o direito à propriedade privada, mesmo sobre os bens de produção e que cumpre, aliás recordar que a função social é inerente ao direito de propriedade privada.***

Um Negócio, um Hospital, bem administrado favorecendo o social, a criança e todos aqueles que, de ajuda sanitária necessitavam ***que Da sociabilidade natural da pessoa humana provém o direito de reunião e de associação; bem como o de conferir às associações a forma que aos seus membros parecer mais idónea à finalidade em vista, e de agir dentro delas por sua própria conta e risco, conduzindo-as aos almejados fins.***

E daquele não entendimento ou reserva mental resultou uma posição de força por omissão, entregando-nos a coisa totalmente vandalizada e inadaptada ao uso hospitalar.

É absolutamente indispensável que se constitua uma vasta rede de agremiações ou organismos intermediários, adequados a fins que os indivíduos por si sós não possam conseguir de maneira eficaz.

Semelhantes agremiações e organismos são elementos muito necessários para salvaguardar a dignidade e a liberdade da pessoa humana sem lhe comprometer o sentido de responsabilidade, professava o Papa João XXIII na sua Encíclica Mater et Magistra, de 1961.



E, no sentido de continuarmos a perseguir estes ensinamentos, não restou alternativa à Associação de demandar o Estado Português e o Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. em sede de Tribunal que ***compete outrossim à pessoa humana a legítima defesa dos seus direitos: defesa eficaz, imparcial, dentro das normas objectivas da justiça***, que o Papa Pio XII, em 1942 havia ensinado que ***Da ordem jurídica determinada por Deus emana o direito inalienável do homem à segurança jurídica e a uma esfera jurisdicional bem determinada, ao abrigo de toda e qualquer impugnação arbitrária.***

Continuamos a perseguir um investimento sustentável de forma a haver um desenvolvimento e crescimento da Associação de maneira que possamos equilibrar as despesas com um rendimento elementar previsível.

E continuamos preparados, após a conclusão da Remodelação do Palácio dos Serviços, de transferirmos toda a logística do funcionamento da Associação e da Direcção e restantes Corpos Gerentes, ao mesmo tempo que daremos avanço à mercantilização dos espaços sobranceiros enquanto deles não necessitarmos para o uso logístico do Novo Hospital.

Serão, por conseguinte libertados, definitivamente, os espaços dos edifícios do Largo do Priorado e da Rua da Boavista, 713.



ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

O Estatuto das IPSS parece que, finalmente, terá alterações.

Aguardaremos serenamente pela publicação e do enquadramento que resultar para a Associação.

O Estudo Prévio para a remodelação arquitectónica seguirá a sua concretização em projecto, dependendo de vários factores que neste momento se equacionam, porém, só a partir do momento em que nos for permitido pelo nosso advogado e | ou pelo Tribunal, daremos andamento a projectos concretos, conjuntamente com hipotéticas parcerias privadas que estão em estudo.

ACÇÕES PRIORITÁRIAS

A. Rendibilização do Palácio dos Serviços

- Sistema de mercantilização das parcelas no sistema de *co-working*
- Implementação do bazar e loja com funcionamento *in* e *on line*
- Anfiteatro multiusos

B. Recuperação do Palacete – edifício primitivo do Hospital na sua vertente exterior e dos seus dois pavimentos intermédios para acções e actividades culturais e de disciplina do nosso acervo histórico, para além do restauro da Capela

C. A rendibilização do edifício do Largo do Priorado

D. A rendibilização do edifício da Rua da Boavista, 713

E. A rendibilização do edifício da Rua de S. Miguel



OUTRAS ACÇÕES

- F. A criação de uma estrutura de marketing, eventos, oferecimento de serviços, recolha de dádivas e ofertas convencionais.
- G. Assumpção de parcerias privadas com outras instituições e mecenas
- H. Edição do Livro sobre o historial da Associação efectuado pelo Professor Doutor Francisco Ribeiro da Silva
- I. Abertura da Biblioteca e Acervo Histórico à comunidade
- J. Reabertura da Capela do Hospital e do Culto à comunidade
- K. Continuação do Pleito que visa devolver à Associação a dignidade e a restituição dos danos financeiros provocados.

NOTA FINAL

O percurso da Associação desde o processo democrático dos cravos foi enorme.

Confrontados com os ensinamentos dos Papas Pio XII e João XXIII, havemos de concluir que, no mínimo, a Missão de perpetuar a Associação é, só por si, uma tarefa ingente que teve em Albino Fernando Baptista, o seu precursor.

Continuamos a trilhar o nosso caminho sobre a imprevisão das despesas e, em particular, das receitas.

O Orçamento proposto é mais contido que os dos anos anteriores, incide sobre as despesas elementares de funcionamento, a assumpção dos compromissos havidos e contempla, no capítulo dos investimentos, a beneficiação e adaptação do Palacete, na sua envolvente exterior, dos dois pavimentos intermédios e da Capela.

A Direcção



ORÇAMENTO PARA 2015

RECEITAS

Proveitos e Ganhos Financeiros.....	120.000€
Proveitos e Ganhos Extraordinários.....	260.700€
Total.....	380.700€

DESPESAS

Obras Diversas.....	200.000€
Fornecimento e Serviços Externos.....	120.000€
Custos com Pessoal.....	52.000€
Outros Custos Operacionais.....	200€
Encargos Financeiros.....	100€
Custos e Perdas Extraordinários.....	8.400€
Total.....	380.700€

Porto, 5 de Novembro 2014

A Direcção